

Administração Pública

Indicador de conformidade da transparência contábil no setor público nos municípios mineiros: uma análise à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal

Karine Roberta Ferreira Gomes - 8º módulo de Administração Pública, UFLA, iniciação científica voluntária.

Érica Suélen do Nascimento - Orientadora DAP, UFLA. - Orientador(a)

Resumo

A transparência constitui princípio essencial da administração pública e instrumento para efetivar o controle social e fortalecer a accountability. Nesse contexto, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), instituída pela Lei Complementar nº 101/2000, e complementada pela Lei nº 131/2009, estabelece mecanismos normativos para assegurar a divulgação de informações orçamentárias e financeiras de forma ampla e acessível. A publicidade é essencial para que a sociedade acompanhe e supervisione as ações públicas, além de ser importante para alcançar uma fiscalização efetiva. Embora a LRF estabeleça diretrizes claras sobre a disponibilização de dados públicos, a literatura ainda carece de instrumentos específicos para avaliar o nível de conformidade da transparência contábil nos municípios. Com isso, esta pesquisa tem como objetivo geral verificar o nível de conformidade da transparência contábil dos municípios mineiros com mais de 100 mil habitantes, nos anos de 2022, 2023 e 2024, em relação às disposições da LRF. A pesquisa caracteriza-se como descritiva, de abordagem quantitativa e natureza aplicada. Os dados serão coletados por meio de pesquisa documental nos portais de transparência das prefeituras, utilizando os 16 indicadores de conformidade da LRF propostos por Silva (2013). Cada indicador receberá pontuação binária (1 para cumprimento; 0 para descumprimento), possibilitando o cálculo do Índice de Conformidade de cada município. A análise dos dados será realizada com base em estatística descritiva e teste ANOVA, visando identificar padrões e discrepâncias na divulgação das informações. Em uma análise parcial dos municípios com população acima de 500 mil habitantes, a média da taxa de conformidade contábil foi de 65%. Esse resultado evidencia que os portais de transparência não são utilizados em sua totalidade para divulgar informações contábeis, o que limita o controle social e dificulta a fiscalização dos atos públicos pela população. Espera-se que a análise completa contribua para identificar boas práticas e fragilidades na gestão da transparência contábil. Assim, a pesquisa contribuirá para o aprimoramento da governança pública, fornecendo subsídios relevantes aos órgãos fiscalizadores e à sociedade civil na promoção de maior eficiência e controle social.

Palavras-Chave: transparência , accountability , Lei de Responsabilidade Fiscal.

Link do pitch: <https://youtu.be/LT9zQZmY-3o?si=DAe4Br-pEbAPr8HU>